

LAERTE I. MARZAGÃO JR.
Mestre em Direito Penal pela USP
Delegado de Polícia no Estado de São Paulo
Professor Universitário

**ASSÉDIO SEXUAL
e seu tratamento no direito penal**

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo
2006

**Localização: 343.541
M393a**

Código de barras: STJ00065227

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Marzagão Jr. Laerte I. Assédio Sexual e seu Tratamento no Direito Penal. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

1. Direito Penal I. Título

ISBN 85-7674-158-X

SUMÁRIO

Agradecimentos	9
Prefácio	11
Apresentação do Autor	13
Resumo	15
1. Introdução	17
2. Princípios Penais Constitucionais e o Direito Penal como Última"ratio"	20
2.1 Princípio da legalidade	21
2.2 Princípio da reserva legal	23
2.3 Princípio da taxatividade	25
2.4 Princípio da irretroatividade da norma penal	28
2.5 Princípio da humanidade	30
2.6 Princípio da pessoalidade e da individualização da pena	31
2.6 1 Princípio da pessoalidade ou de intranscendência da pena	31
2.6 2 Princípio da individualização da pena	32
2.7 Princípio da culpabilidade	33
2.8 Princípio da insignificância ou bagatela	35
2.9 Princípio da alteridade ou transcendentalidade	36
2.10 Princípio da intervenção mínima no Direito Penal	37
2.11 Princípios da fragmentariedade e da subsidiariedade	41
3. O Assédio Sexual e o Direito Penal Sexual	42
3.1 Introdução	42
3.2 O Direito Penal sexual e a moral	45
3.3 A delimitação do bem jurídico tutelado nos crimes sexuais	49
3.3.1 Considerações gerais	49
3.3.2 O Conceito de bem jurídico	51
3.3.3 Origem e evolução	53
3.3.3.1 A influência iluminista	53
3.3.3.2 Iluminismo, Feurbach e evolução	54
3.3.3.3 Introdução do conceito de bem jurídico no universo jurídico	54
3.3.3.4 O positivismo e o bem jurídico	55
3.3.3.5 Franz Von Liszt e o bem jurídico	55
3.4 Bem jurídico e objeto da conduta: delimitação	56
3.5 Bem jurídico-penal e a Constituição	56
3.6 Bens jurídicos supra-individuais	58
4. Assédio Sexual: Conceito, Espécies e Criminalização	62
4.1 Conceito de assédio sexual	62
4.2 Espécies de assédio	67
4.2.1 Assédio moral	68
4.2.2 Assédio sexual ambiental: ambiente hostil ou	

Localização: 343.541

M393a

Código de barras: STJ00065227

intimidativo = "hostile or intimidating work environment"	70
4.2.3 Assédio sexual por chantagem : "quid pro quo" = isto por aquilo	71
4.3 O processo de criminalização do assédio sexual por chantagem no Direito Brasileiro	73
4.3.1 Pela criminalização do assédio sexual	74
4.3.2 Pela não criminalização do assédio sexual	77
4.3.3 Primeiras conclusões acerca do processo de criminalização do assédio sexual no direito brasileiro	79
5. A Idéia Jurídica na Tipificação Penal	81
5.1 O Assédio sexual e as legislações penais brasileiras	81
5.2 Análise tipológica	86
5.2.1 Bem jurídico tutelado	86
5.2.2 Sujeito ativo	87
5.2.3 Sujeito passivo	88
5.2.4 Tipo objetivo	89
5.2.5 Tipo subjetivo	98
5.2.6 Consumação e tentativa	99
5.2.7 Pena e ação penal	99
6. O Assédio Sexual em Legislações Estrangeiras	101
6.1 O assédio sexual e a Comunidade Européia	102
6.2 O assédio sexual na Espanha	103
6.3 O assédio sexual em Portugal	110
6.4 Assédio sexual na França	114
6.5 Assédio sexual na Alemanha	116
6.6 Assédio sexual nos Estados Unidos da América do Norte	118
6.7 Assédio sexual no Panamá	122
6.8 Assédio sexual na Venezuela	123
6.9 Assédio sexual na Nicarágua	125
6.10 Assédio sexual em Cuba	127
6.11 Assédio sexual no México	129
6.12 Assédio sexual em El Salvador	131
6.13 Assédio sexual no Paraguai	132
6.14 Assédio sexual na China	134
6.15 Assédio sexual na Índia	135
7. O Assédio Sexual e as Diversas Formas de Controle	138
7.1 O assédio e a adoção de uma política de educação sexual	139
7.2 O assédio sexual e a Administração Pública	141
7.3 O assédio sexual no trabalho	142
7.3.1 Soluções extrajudiciais para o assédio sexual laboral	144
7.3.2 Prevenção ao assédio sexual laboral	145
7.4 Dano moral e material decorrente do assédio sexual	147
8. Conclusões: a criminalização do assédio sexual: avanço ou	

Localização: 343.541

M393a

Código de barras: STJ00065227

retrocesso
Referências Bibliográficas

148
151